

Sistema de Informação de Gestão de Barragens recebe primeira atualização

Sex 12 abril

O Sistema de Informação de Gestão de Barragens (Sigibar) recebeu melhorias para gerar uma melhor experiência aos usuários. Foram incluídas novas funcionalidades na ferramenta, como ativação, desativação e exclusão de cadastros. Além disso, um novo design mais amigável e moderno foi aplicado.

Esta primeira atualização, concentrou-se na gestão do banco de dados do sistema, com a desativação ou exclusão dos cadastros das barragens descaracterizadas ou cadastradas erroneamente no sistema. Tal medida visa à melhoria e agilidade da ferramenta, preparando o sistema para as próximas atualizações.

Sigibar

O Sigibar existe desde 2021 e é uma plataforma online, que atualmente tem 263 barragens cadastradas em seu banco de dados, hospedada dentro do Portal Ecossistemas, que visa subsidiar a gestão ambiental de barragens do [Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos \(Sisema\)](#). O projeto original do Sigibar prevê a concentração das informações de todos os instrumentos de cadastro e fiscalização de barragens, instituído pela Lei, a construção de módulos que possibilitem receber as informações de monitoramento, do Plano de Ação de Emergência (PAE) e consulta pública, de forma clara e transparente.

Eficiência e economia

Cabe destacar que, além da limpeza da base de dados do Sigibar, que tornará a experiência mais rápida ao usuário, a atualização também previu a transferência dos arquivos da gestão de barragens armazenados originalmente no Banco de Declarações Ambientais (BDA).

Segundo o diretor de Gestão de Barragens e Recuperação de Áreas de Mineiração e Indústria da Feam, Roberto Gomes, tais informações são vitais para o conhecimento do histórico e gestão dessas estruturas, uma vez que representam dados desde o ano de 2008, quando o BDA foi devidamente implementado.

Neste sentido, avalia-se ainda que a desativação do antigo Banco de Declarações Ambientais, fomentada pela transferência dos dados para o Sigibar, tende a gerar uma economia anual de R\$ 1 milhão aos cofres públicos.